



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

JAQUELINE FELICIANO GOMES

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISES E REALIDADES**

JOÃO PESSOA - PB

2017

JAQUELINE FELICIANO GOMES

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISES E REALIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para elaboração da monografia de conclusão do curso de Pedagogia à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Ms. Nathália Fernandes Egito Rocha

JOÃO PESSOA - PB

2017

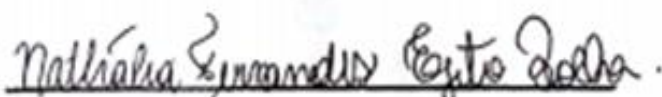
JAQUELINE FELICIANO GOMES

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO
INFANTIL: ANÁLISES E REALIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
elaboração de monografia de conclusão
do curso de Pedagogia à Distância, do
Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba.

Aprovado em 12/12/2017

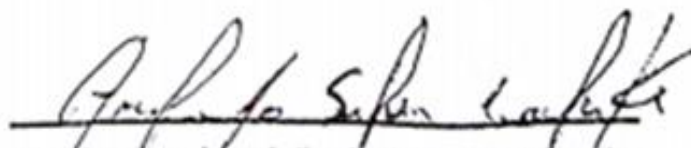
Banca Examinadora:



Professora Ms. Nathália Fernandes Egito Rocha
(Orientadora UFPB)



Professora Ms. Alza de Freitas Oliveira
(UFPB)



Professora Ms. Arilu da Silva Cavalcante
(UFPB)

G633b Gomes, Jaqueline Feliciano.

Base Nacional Comum Curricular e educação infantil: análises e realidades / Jaqueline Feliciano Gomes. – João Pessoa: UFPB, 2017.
35f.

Orientadora: Nathália Fernandes Egito Rocha
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade a distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Educação infantil.
3. Currículo. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.016(043.2)

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela oportunidade que me concede diariamente o aperfeiçoamento profissional e pessoal e por ter conseguido chegar ao final de mais um curso mesmo com muitos atropelos e dificuldades na jornada, o que só fez com que a aventura do conhecimento se tornasse mais fascinante.

Agradeço a minha família imediata, Alex e Sally, que me ajudaram e tiveram muita paciência comigo nos momentos de aflição e estresse. A mainha, painho e minhas irmãs que sempre me incentivaram a crescer cada dia mais.

Agradeço também a turma maravilhosa que foi formada pelas meninas Cleonice, Mariana, Jordânia, Rosicléia, Tatiane e Tatiane Lins, Leidiane, Salete, Márcia e Adriana; que sempre apoiaram e me levantaram nos momentos de desânimo.

Agradeço a todos os professores que disponibilizaram os conteúdos para cada disciplina, mas o agradecimento especial vai para Cristhiane, tutora presencial do Polo João Pessoa que tanto incentivou e apoiou em tudo que precisávamos fazer mesmo tão longe. Muito Obrigada Cris, você é um amor!

Agradeço a Lizandra Portela Nascimento, amiga de infância, que tanto me ajudou no período em que muito precisei de apoio.

Muito obrigada à professora Nathália Fernandes Egito Rocha que me orientou neste trabalho de maneira que tornou muito mais fácil e simples sua produção e escrita. Sua competência me tornou uma aluna e profissional melhor.

“A educação é a única solução”

MalalaYousafzai

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar de que maneira a BNCC para a Educação Infantil está sendo compreendida pelos professores de uma creche municipal em Campina Grande. Sobre currículo compreendemos que seja um conjunto de experiências com intenções educativas (Moreira e Candau, 2007) que se unem aos conhecimentos das crianças para que se desenvolvam integralmente (DCNEI, 2010). A Base Nacional Comum Curricular sendo uma lei nacional que rege a estrutura curricular identificamos qual a compreensão dos profissionais de uma instituição de Educação Infantil municipal (Creche) sobre a BNCC para esse segmento. Houve participação deles na elaboração? O texto está condizente com a prática e as condições de trabalho disponíveis? Realizamos uma investigação a partir do Ciclo de Políticas de Stephen Ball para analisar a relação do contexto e da prática analisamos o processo de elaboração da BNCC e se houve participação dos professores. Para perceber o contexto da prática de uma instituição de Educação Infantil em Campina Grande utilizamos a técnica de estudo de caso com uma entrevista semiestruturada (Gil, 2008). Nosso trabalho se fundamentou nos estudos de Moreira e Candau (2007), Mainardes (2006), Campos (2016), Peroni e Caetano (2015) entre outros. A análise desenvolvida apontou que os professores ainda tem uma visão tradicional sobre o currículo e não tiveram participação na elaboração da BNCC como pretendia a proposta da lei; também que a proposta não contempla a prática das professoras em alguns momentos.

Palavras-chave: BNCC. Educação Infantil. Currículo.

ABSTRACT

This work conclusion of course has the objective to analyze how the teachers of a nursery in Campina Grande understanding the BNCC for early childhood education. About the curriculum we comprehended a set of experiences with educative intentions (Moreira and Candau, 2017) that unify themselves to the knowledge of children to the complete development of the children (DCNEI, 2001). The National common curricular basis is a national law that governs the curriculum structure and we identify which is the understanding of the professionals of a institution of Early Childhood Education of the city (nursery) about BNCC to this segment? Were there participation of the teachers in the elaboration? Is the text compatible with the practices and the conditions of work available? We made a investigation from the circle of politics of Sthephen Ball to analyze the relation of context and the practice, we analyzed the process of elaboration of BNCC and if the teachers too part in the process of elaboration. To understand the context of practice of an early childhood education Campina Grande, we used technic of case study with a semi structured interview (Gil, 2008). Our work is based on studies of Moreira and Candau (2007), Mainards (2006), Campos (2016), Peroni and Caetano (2015) and many other. The analyze developed pointed to the teachers still have a traditional view about the curriculum and didn't have participating in the elaboration of BNCC how intended the practice of teachers in some moments.

Keywords: BNCC. Childhood Education. Curriculum.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1.	PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	11
1.1.1.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
1.1.2.	A AMOSTRAGEM DA PESQUISA: uma Creche Municipal de Campina Grande.....	13
1.1.3.	O CICLO DE POLÍTICAS DE STEPHEN BALL: análises do(s) caminho(s) da política	15
2.	AS PROPOSTAS CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS ANOS 90: a síntese de uma trajetória.....	16
2.1.	O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
3.	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
4.	ANALISANDO A PRÁTICA.....	26
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6.	REFERÊNCIAS	33
	ANEXO A- Entrevista.....	35

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui-se como a etapa inicial da educação básica e é dever do estado torná-la acessível a todas as crianças de zero a cinco anos através das creches e pré-escolas. (LDB, 2017).

As creches devem ser implantadas segundo o modelo criado pela Política Nacional de Educação Infantil que leva em conta a complementaridade das políticas de assistência, saúde, renda e com a política de educação básica e não deve ser implantada a critério do mercado ou de agentes isolados, mas levando em conta a realidade das famílias e debatendo com a população a sua necessidade. (BRASIL, 2006).

Trabalhando diretamente com Educação Infantil desde 2010, na prefeitura municipal de Campina Grande como professora vi a necessidade de diante de tantas mudanças na matriz curricular desse segmento, analisar a trajetória e perceber se de fato avançamos ou retrocedemos, no que se refere ao alcance de uma educação de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) formulada no último biênio (2015/2016) pelo Ministério da Educação, sediada pela CONSEDE (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação) e UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e com o apoio de algumas instâncias privadas com o objetivo de “promover mudanças na educação dos países, especialmente no currículo e avaliação e, conseqüentemente, na formação docente, entre outros.” (PERONI E CAETANO, 2014).

A partir da citada proposta curricular, mais especificamente para o campo da Educação Infantil, senti a necessidade de problematizar como a discussão da BNCC está sendo desenvolvida pelos professores deste nível de ensino, buscando investigar a seguinte questão: Qual a compreensão dos profissionais de uma instituição de Educação Infantil municipal (Creche) sobre a BNCC para esse segmento? Houve participação deles na elaboração? O texto está condizente com a prática e as condições de trabalho disponíveis?

Segundo o MEC a Base Nacional Comum Curricular é uma proposta que visa uniformizar o aprendizado na Educação Básica em todo território nacional e deste modo

O reconhecimento desse potencial aponta para o direito de as crianças terem acesso a processos de apropriação, de renovação e de articulação de saberes e conhecimentos, como requisito para a formação humana, para a participação social e para a cidadania, desde seu nascimento até seis anos de idade. (MEC, 2017)

Por ser uma política que afetará diretamente a dinâmica e as condições de trabalho nas instituições de Educação Infantil, esse trabalho se torna relevante para refletirmos sobre as possibilidades e tensões de uma base curricular e como a política curricular está sendo entendida no cotidiano da vida escolar.

A partir das questões postas e diante de uma proposta de mudança no cotidiano escolar e nas competências a serem desenvolvidas pelas crianças com a mediação das professoras, temos como objetivo geral do trabalho analisar de que maneira a BNCC para a Educação Infantil está sendo compreendida pelos professores de uma creche municipal em Campina Grande. E como objetivos específicos, buscaremos: identificar como a Educação Infantil aparece nas propostas curriculares a partir dos anos 90; apresentar uma síntese sobre o processo de elaboração da BNCC, com base em trabalhos já desenvolvidos; investigar quais são os sentidos atribuídos a BNCC pelos profissionais da Educação Infantil de uma creche em Campina Grande.

Esse texto está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo fará um breve relato sobre as propostas curriculares no a partir dos anos 1990. No segundo discutiremos sobre definições de currículo e a proposta pedagógica. No terceiro momento analisaremos a BNCC e como foi construída e em seguida a proposta que ela traz para a Educação Infantil.

1.1. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A proposta da seguinte pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa e compreenderá um estudo analítico-exploratório já que este informa ao pesquisador “a real importância do problema, o estágio em que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto” (SANTOS, 2004, 26), e podem também ajudar a identificar outras informações e outras fontes de pesquisa. Essa abordagem segundo MINAYO (2009, 21) está preocupada

(...) com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (...) O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Partindo desses questionamentos foi feito um estudo de caso em uma instituição de Educação Infantil em Campina Grande, a qual resguardaremos sua identidade, e teremos como amostra somente as professoras efetivas da instituição. Excluiremos as prestadoras de serviço por estarem temporariamente inseridas no contexto da realidade da Educação Infantil do município.

Sendo o estudo de caso segundo Prodanov (2013, 60).

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc.

Para Gil (2002, 54) o estudo de caso tem diferentes propósitos ao ser utilizado tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Alguns desses limites das situações da vida real na creche serão definidos a partir da coleta de dados que justificaremos a seguir.

1.1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos para a coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada, observação e análise do Projeto Político Pedagógico da

instituição. Para Gil (2002, 141) “Pode-se dizer que, em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel”.

No roteiro primeiramente analisaremos o perfil socioeconômico dos profissionais e em seguida questionaremos a respeito dos conhecimentos de cada professor a respeito do currículo, da BNCC e de sua implicação para a prática pedagógica e a realidade em que estão inseridas.

1.1.2. A AMOSTRAGEM DA PESQUISA: uma Creche Municipal de Campina Grande

Realizamos nossa análise em uma creche de Campina Grande que esta está localizada no Bairro Três Irmãs da citada cidade.

É uma creche grande, porém com a divisão de salas que deixa um pouco a desejar, a secretaria é também a sala da direção e de atendimento. A Supervisora educacional, única técnica da instituição, fica trabalhando a maior parte do tempo no dormitório, onde já tem uma mesa para ela fazer o que for necessário em seu trabalho com as professoras.

Existem seis salas de aula, dez banheiros, duas cozinhas, um refeitório, uma sala de leitura que antes era a sala de informática, mas por falta de um suporte técnico eficiente dos computadores e de professor capacitado para utiliza-los, foi desativada; uma sala de vídeo, dois dormitórios e um pátio.

Utilizam como equipamento didático pedagógico duas televisões, um DVD, um computador que fica na secretaria e quando precisam de Data Show pede emprestado a uma amiga da gestora, têm também quatro aparelhos de som que ficam um em cada dormitório, um na sala do Pré II- que ganharam em gincana- e outro para quem precisar, Utilizam para os eventos uma caixa amplificadora que tem entrada para microfone.

O material pedagógico atualmente esta escasso, pois folha de papel está em falta, só tendo para impressão de documentos que a instituição precisa emitir. Os professores estão fazendo mais produções coletivas, pois cartolina e folhas de papel madeira ainda têm disponíveis.

É uma creche bem limpa e organizada, com uma rotina que é cumprida pelos funcionários e professores, todos trabalhando em conjunto para melhor atender as

crianças. Há uma turma de Berçário I e uma turma de Berçário II com quinze crianças matriculadas em cada turma com três professoras em cada, mas a secretaria de educação quer reduzir o número de professoras para duas em cada sala por acharem três um número excessivo para quinze crianças. O berçário tem atendimento integral, ou seja, de 7 da manhã às 17 horas.

O Maternal I e II tem em cada turma vinte e cinco matriculados para duas professoras e são atendidas em tempo integral. O Pré I e II tem matriculados também vinte e cinco crianças mas somente uma professora fica em cada turma e permanecem na creche só um horário, mas tem atendimento a tarde para outras crianças.

Todas as professoras tem ensino superior ou estão concluindo. São vinte professoras que se revezam entre o turno da manhã e da tarde, incluído três cuidadoras que tem formação a partir do Médio/Magistério até concluintes em pedagogia, elas cuidam das crianças especiais que a instituição atende – três autistas e uma criança com microcefalia. Sete dessas professoras são contratadas e recebem pelos dias trabalhados.

Vinte e cinco funcionários de apoio, em sua maioria contratados temporários, tendo somente oito efetivos incluindo um secretário. No ato da matrícula os pais respondem somente a perguntas para a ficha de matrícula que inclui trabalho dos responsáveis e possíveis doenças ou alergias. Não tem uma ficha para caracterização socioeconômica dos usuários do serviço.

O projeto político pedagógico está em fase de finalização e tem a participação de todos da instituição. O planejamento é dividido por eixo temático e é feito em conjunto numa reunião com professoras, direção e a supervisora que é a única técnica na instituição. Depois dessa reunião na qual são dadas algumas diretrizes do que abordar em sala, cada turma realiza o seu planejamento diário para atender as necessidades de cada turma.

A avaliação de cada criança é realizada de forma contínua, pois vão observando se as competências são atingidas e se houve alguma falha no processo o planejamento é reavaliado. No entanto, ao final de cada semestre é feito um relatório individual de cada aluno para avaliar seus avanços no semestre.

Enfim, a instituição tem um ambiente agradável e bonito. É bom estar lá. No que foi percebido não é uma instituição na qual existem crianças muito carentes, pois a sua maioria chega de carro ou moto. São bem asseadas e muitos pais

chegam com as fardas de seus trabalhos. A gestora é exigente na qualidade do atendimento a essas crianças e na organização da instituição. Também sempre pede a opinião de todos para um melhor gerenciamento do local de trabalho.

1.1.3. O CICLO DE POLÍTICAS DE STEPHEN BALL: análises do(s) caminho(s) da política

Neste trabalho faremos a análise da política educacional sob a ótica da “abordagem do ciclo de políticas” formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores analisada sob a ótica de Mainardes. Segundo Mainardes (2006, 48)

(...) a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos.

Neste ciclo há três contextos principais que se relacionam e facilitam a compreensão das políticas educacionais; não são sequenciados e nem lineares. São eles: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática, que nos ateremos mais neste texto, porém existem mais dois contextos: o de efeitos e o de estratégias políticas.

O contexto da influência as definições da educação são disputadas por diversos grupos de interesse que utiliza os meios sociais e políticos para disseminar uma ideia e as soluções para os problemas educacionais. O contexto da produção de textos está relacionado com a linguagem que o público em geral tem interesse e está diretamente relacionado à política, ou seja, “Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc.” (MAINARDES, 2006, 52).

Os textos produzidos politicamente têm consequências que serão sofridas diretamente na prática educacional. Neste contexto da prática as políticas estão sujeitas a interpretação dos leitores e das pessoas que farão uso delas e isso sempre de acordo com o contexto vivenciado por cada indivíduo ou grupo de

profissionais levando a recriações ou contestações de acordo com os interesses do leitor e suas vivências.

Dentro desses contextos vivenciados daremos um enfoque maior ao contexto da prática, isto é, nossa pesquisa aprofundar-se-á a partir dos dados da prática docente e as implicações que o currículo da Educação Infantil contidos na BNCC tem no cotidiano escolar para assim avaliarmos a compreensão dessa política pelos professores de uma Instituição de Educação Infantil em Campina Grande.

A política do currículo na Educação Infantil teve um longo percurso de muitas mudanças e avanços, mas as principais mudanças ocorreram a partir dos anos 90 que em seguida faremos uma síntese dessa trajetória.

2. AS PROPOSTAS CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS ANOS 90: a síntese de uma trajetória

Ao longo da história a Educação infantil vem se aperfeiçoando e se tornando um espaço de crescimento e desenvolvimento de todas as capacidades das crianças de 0 a 5 anos.

A partir da revolução industrial, as mulheres tiveram que entrar para o mercado de trabalho e não tinham como nem onde deixar as crianças que precisavam de cuidados já que suas famílias passavam o dia inteiro trabalhando. As creches era o local em que as crianças eram deixadas boa parte do dia.

(...) Seu caráter era absolutamente assistencial e filantrópico e o objetivo explícito era a guarda da criança. As creches surgiram como uma demanda do próprio capitalismo, como forma de preservar a criança filha de famílias trabalhadoras, com necessidade de organização social frente à expansão dos centros urbanos e a necessidade da mãe trabalhadora. (ORTIZ e CARVALHO, 2012, 19)

A creche substituía a família no cuidado das crianças, pois eram instituições que atendiam somente famílias de baixa renda e caracterizava-se como uma relação de favor, tinha em seu quadro de funcionários voluntários e profissionais sem qualificação. Possuíam um atendimento de má qualidade e não tinha lei específica para legislar o atendimento realizado. Tinham como principal atividade o cuidar.

Com o passar do tempo as creches foram ganhando novas perspectivas para tornar mais rápido o desenvolvimento infantil e suprir culturalmente a privação que as famílias de baixa renda possuíam. E a pedagogia foi sendo introduzida para mudar o modo de operar dessas instituições. A comunidade científica então foi despertando interesse em analisar o processo de desenvolvimento infantil e teve um olhar diferenciado para este segmento. No Brasil Segundo Carrijo (2008, p. 87)

As primeiras preocupações com a infância partiram de grupos particulares, especialmente, de médicos e higienistas, em razão dos elevados índices de mortalidade infantil. Esses enfatizavam a necessidade de cuidados com a higiene e com o aleitamento materno.

Aos pouco esse despertar foi se concretizando e virando leis e prédios de atendimento a crianças filhas de operários. Mas somente a partir do século XX é que foi tendo uma melhora no atendimento a essas crianças. Na década de 1980 com os movimentos e pressões populares, os profissionais da Educação Infantil e a comunidade acadêmica fizeram com que mudanças ocorressem nas políticas educacionais para a infância. (Ibid)

É neste momento histórico que as concepções de criança e infância vão tomando novos rumos e elas são vistas também como cidadãos e sujeitos de direitos, que merecem se desenvolver plena e de maneira específica em instituições para esse fim.

A constituição de 1988 e a LDB em 1996 foram as principais e são considerados marcos legais para o atendimento a crianças de 0 a 6 anos em Creches e Pré-escolas. Posteriormente o ECA também reforçou esse direito as crianças. Esses documentos

(...) buscam garantir o direito ao atendimento às crianças em creches e pré-escolas, assim como permitem vislumbrar, sem definir ainda, a ideia de atendimento com qualidade, modificando a concepção assistencialista e compensatória vigente até o momento. (ORTIZ e CARVALHO, 2012, 23).

Com esses documentos garantindo a educação infantil para as crianças, as mudanças nas instituições e na qualificação dos profissionais foram se concretizando cada vez mais.

Com transição de uma educação de cunho pedagógico para o político e econômico passando agora a atender aos interesses do capital a educação passa a ser um setor de investimentos de empresas privadas nacionais e internacionais e o fim da ditadura e a elaboração de uma nova Constituição Federal (1988), a educação toma novos rumos e, como aparece no Art.205, torna-se “(...) direito de todos e dever do Estado e da Família (...)”, obrigando o Estado passa agora a investir mais nesse setor.

Nesse sentido, a Educação Infantil é afirmada como direito da criança, mas não de todas as crianças; como dever do Estado, mas de um Estado que não define nem assume sua responsabilidade quanto à oferta, manutenção, autorização, supervisão e fiscalização das instituições de Educação Infantil; e coloca a família como responsável pela “escolha” de matricular ou não as crianças nessas instituições, quando se sabe que essa “opção” não está posta de fato e de direito para todas as famílias e suas crianças.

O Art. 208 garante que é dever do estado oferecer obrigatoriamente e gratuitamente a educação básica de quatro a dezessete anos e inclui a educação infantil nesta modalidade de ensino.

Em 24 de Dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) é promulgada e o MEC (Ministério da Educação e Cultura) edita os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). A nova LDB vem afirmar ainda mais a educação infantil como parte da educação básica nacional.

Na seção II, do Capítulo II da Educação Básica dispõe sobre a Educação Infantil e declara no Art. 29 que

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996)

No Art. 30 declara que: “A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré- escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (BRASIL, 1996).

Em 2006 o MEC juntamente com a SEB (Secretaria de Educação Básica), Formula a Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) para dar subsídio ao cumprimento e garantia da implementação das políticas públicas e o melhoramento

das instituições de educação infantil para as crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 2006).

Neste documento PNEI (BRASIL, 2006) a partir das Diretrizes formuladas, deixa claro que: “A educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação”.

Mais adiante objetiva dentre outros: “Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural”.

E tem como meta “Divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (Creches e pré-escolas) públicas e privadas (...)”.

Em 2006 houve uma modificação na LDB a partir da lei 1.274/2006, mas somente depois da Emenda Constitucional nº 59/2009 é que ficou obrigatória a Educação Básica de 4 aos 17 anos sendo o Ensino Fundamental partir de 6 anos de idade.

No que dispõe a LDB sobre a Educação Infantil temos as determinações

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Essas modificações elevam a Educação Infantil a um nível de ensino e a primeira etapa da educação básica, também especifica a finalidade desse segmento que é o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, intelectual, emocional, cultural e social. Mostra também como devem ser a avaliação e qual formação mínima o profissional deve possuir. Formação esta que anteriormente era mais precária e muitas vezes os profissionais que atuavam nas creches não tinham nenhuma formação acadêmica.

Nos artigos 61 e 62 da LDB (2017) dispõe sobre a formação mínima para os profissionais que atuam neste segmento

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do *caput* do art. 36;

V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Essa formação mínima em nível médio na modalidade normal garante, pelo menos no papel, uma mínima qualificação a quem atua nas creches e pré –escolas já que a maioria dos profissionais eram vinculados as secretarias de assistência social.

As mudanças vão dando importância também ao conteúdo que é ensinado as crianças nas creches e pré-escolas e a visão anterior de assistencialismo vai sendo superada; o currículo vai sendo modificado e o educar vai tendo o mesmo peso que o cuidar, no entanto muito ainda precisa ser melhorado, está longe ainda de ser o ideal para as crianças na Educação Infantil.

2.1. O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Um dos momentos mais importantes e significativos do desenvolvimento humano compreende a fase entre 0 e 5 anos. É nessa fase que as conexões cerebrais são mais intensas em maior quantidade e mais rápidas e a possibilidade de aprendizado é maior que em qualquer outro momento da vida.

Os profissionais de Educação Infantil precisam se colocar como sujeitos sensíveis a toda uma especificidade que a fase traz consigo. É de fundamental importância possibilitar experiências significativas as crianças para que elas se afirmem e se signifiquem como sujeitos numa sociedade e numa cultura. (FARIA, 2012).

No dia a dia da criança ela vai se apropriando dos conhecimentos culturais de maneira informal com os diversos sujeitos que entram em contato com ela nas interações socioafetivas do seu meio. Cabe então a Instituição de Educação possibilitar a esse sujeito em desenvolvimento o conhecimento formal e científico através de sujeitos e estratégias intencionalmente organizadas.

Na Educação Infantil cabe ao currículo que é estabelecido proporcionar esse conhecimento científico às crianças pois

(...) ao organizar seu currículo, de possibilitar que as crianças vivenciem o máximo de experiências, partindo daquelas que suas condições concretas de vida lhe permitam acessar e ampliando seus conhecimentos sobre o mundo. Evidencia-se, ainda, como seria inadequado limitar as possibilidades de exploração desse mundo a conteúdos e formas fechadas, restritas, inflexíveis que não consideram as múltiplas dimensões do seu processo de

aprendizagem e desenvolvimento e que não se abrem para os interesses das crianças. (Id., p. 74)

Sendo parte importante da proposta pedagógica, o currículo é a definição do que será trabalhado, tanto em atividades quanto em metodologias, pela escola a partir da faixa etária de cada sala. Está também atrelado a todas as experiências proporcionadas pelos profissionais de educação que visem o conhecimento individual.

Moreira e Candau (2007, p. 18) entendem currículo como sendo

(...) as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (...).

O currículo acaba sendo o coração da escola, pois toda prática, seja em sala ou fora dela vai ser norteadada pelo currículo. É através dele que as coisas acontecem na escola. Sobre o currículo, a LDB dispõe em seu Artigo 26

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1o Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil, observado, na educação infantil, o disposto no art. 31, no ensino fundamental, o disposto no art. 32, e no ensino médio, o disposto no art. 36.

O currículo é parte importante da prática escolar, pois ele direciona o fazer pedagógico e orienta o professor no que ensinar e as competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos. No entanto as características regionais e locais devem ser contempladas para que o currículo se torne democrático e útil para cada realidade.

Para ser democrático o currículo precisa visar a humanização de todas as pessoas sem distinção de classe social e raça, sendo a escola o espaço para que

essa inclusão ocorra e proporcione a todo e qualquer cidadão brasileiro. (LIMA, 2007, 18). O currículo construído para ser escolarizante na Educação Infantil deixa de ser democrático, pois não leva em consideração a necessidade da faixa etária das crianças de Creche e Pré- escola que precisam de ludicidade, brincadeiras, espaço e momentos de descobertas.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Infantil (2010, 12) temos a seguinte definição de currículo:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

O currículo então define o modo de organização dos espaços e repensa os valores, as ideias e as atitudes de toda a comunidade escolar. Todos os envolvidos no processo educativo precisam ampliar as ações pedagógicas de modo a ampliar o repertório cultural, a interação social, a aprendizagem e a exploração cooperativa.

Sendo um guia que norteia os objetivos que se pretendem ser alcançados na sala de aula, os conteúdos que serão ministrados e como eles serão abordados na prática pedagógica. As metas para que os alunos de 0 a 5 anos tenham um mínimo de qualidade no desenvolvimento de suas identidades e cidadania contribuindo para que o viés socializador dessa etapa da vida seja propiciado e ampliado pelas crianças no ambiente escolar. (RECNEI, 1998, 7).

As creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Essas novas aprendizagens proporcionadas na educação Infantil é em parte uma escolha do que o professor usará como conteúdo em sala de aula.

Sendo um guia, o currículo pode também ser uma escolha do professor e o ajudará na prática pedagógica, pois este que tem papel fundamental no processo

curricular saberá o que precisa ser contemplado ou não em sala de aula para qualquer segmento de educação especialmente na Educação Infantil de que tratamos aqui.

Para nosso entendimento o currículo acaba sendo um plano teórico oficial e formal que dá ao professor um guia para a sua prática educativa na escola e na sala de aula.

Para o MEC a Base Nacional Comum Curricular foi construída para definir os conteúdos e aprendizagens essenciais da educação básica que os alunos precisam desenvolver ao longo de sua vida escolar. Trataremos a seguir sobre a BNCC e sua construção.

3. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A BNCC surge num momento político e econômico delicado do país e não trata apenas de um documento normativo, mas também de questões ideológicas e políticas.

A Base Nacional Comum Curricular tem a justificativa de normatizar as aprendizagens essenciais que os alunos da Educação Básica devem desenvolver ao longo da vida escolar. Segundo o MEC (2017, 7) “[...] a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Foram duas versões até a sua terceira e última versão que culminou no documento oficial. Em Outubro de 2015 a primeira versão foi disponibilizada para consulta e obteve “12 milhões de contribuições – individuais, de organizações e de redes de educação de todo o País –, além de pareceres analíticos de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica”. (Ibid., p. 5). A segunda versão foi publicada em 2016 e teria passado por um amplo debate através de seminários estaduais nos quais os professores teriam participado e posteriormente leitores especialistas teriam dado sua contribuição na revisão da segunda versão (MEC, 2017).

Além da Constituição Federal (BRASIL, 1988) no seu artigo 205 que dispõe sobre a educação como “[...] direito de todos e dever do estado e da família [...]”, no artigo 2010 que estabelece que “serão fixados conteúdos mínimos [...]”, a LDB

(BRASIL, 2017) no seu artigo 9º afirma que cabe a União estabelecer “competências e diretrizes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos [...]”.

Para a Educação Infantil a justificativa da base se pautou “na necessidade de operacionalizar as diretrizes curriculares, isto é, construir uma orientação a partir da qual os professores pudessem desenvolver suas práticas, respeitando as diversas dimensões da infância e dos direitos das crianças”. (CAMPOS e BARBOSA, 2015, p. 353).

O MEC (2017) afirma que a BNCC e os currículos se complementam para garantir aos alunos de todo o território nacional uma aprendizagem mínima essencial em cada etapa da educação e cabem as redes e instituições de ensino adequar o que diz a lei à realidade local e dos alunos.

Apesar de toda essa justificativa o Ministério da Educação entendeu que a base seria um grupo de competências que os alunos deveriam seguir e não uma proposta curricular. Para Freitas (2015) a Base não avançará para compor uma sociedade mais justa e igualitária no quesito currículo nacional, pois a base foi considerada pelo diretor da Secretaria de Educação Básica como uma definição de “ensino” e não como um “currículo nacional”. Muitas são as limitações na produção, divulgação e estruturação da base. Pois são muitos interesses que tem que ser configurados em uma só estrutura.

Falaremos agora sobre como a base é pensada para a Educação Infantil. A BNCC define que são seis os direitos de aprendizagem da Educação Infantil para que a criança tenha condições de desempenhar em sua vida diária um papel de cidadania e conseguir resolver os conflitos que surgem no cotidiano da vida. Os direitos de aprendizagens são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Essas aprendizagens segundo o MEC (2017, p. 34) “[...] reitera a importância e necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.”.

A base não se estrutura em divisões de conteúdos a ser apreendidos e sim em campos de experiências nos quais os objetivos devem ser baseados. São eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Os objetivos de aprendizagens são organizados por grupos de faixas etárias: Crianças de Zero a um ano e seis meses; Crianças de um ano e sete meses a três

anos e onze meses nas creches e por fim crianças de quatro e cinco anos e onze meses na pré-escola.

Para crianças que estão na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental a base também apresenta uma síntese das aprendizagens esperadas para que

(...) as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. MEC (2017, P. 49)

Para essa síntese a justificativa é a busca de uma educação que não seja fragmentada e nem “disciplinar do conhecimento”, mas que leve o aluno a ser autônomo e emancipado para levar “sentido ao eu se aprende” (MEC, 2017, p.17).

4. ANALISANDO A PRÁTICA

A pesquisa foi realizada com 14 professores de uma instituição de Educação Infantil em Campina Grande, no entanto somente 9 tiveram disponibilidade para responder a entrevista nos dois dias em eu estivemos fazendo. Fomos analisar junto as professoras a compreensão delas em relação a BNCC, se participaram de sua elaboração e qual sua implicação para a prática e a realidade vivenciada por elas.

Para Ball, segundo os estudos de Mainardes (2006), o contexto da prática é onde reside a interpretação e recriação da política, pois ninguém pode controlar como a interpretação será realizada e com isso podem ocorrer mudanças e transformações na lei sendo assim recriadas.

Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas. (Ibid., p. 53)

Primeiramente traçamos um perfil socioeconômico das educadoras que em sua totalidade é do sexo feminino. Foram perguntas sobre a idade, renda mensal, formação acadêmica e tempo de atuação profissional.

Três têm idade entre 30 e 40, outras três entre 40 e 50 e duas entre 50 e 60 anos. Uma recebe entre 1 e 2 salários mínimos, cinco recebem entre 2 e 3 salários mínimos, duas recebem entre 3 3 4 salários mínimos e uma recebe entre 4 e 5 salários mínimos. Uma tem de 5 a 10 anos de atuação profissional, duas tem de 10 a 20 anos de atuação profissional, três tem de 20 a 30 anos de atuação profissional e três tem mais de trinta anos. Essas ao serem perguntadas informalmente sobre o tempo de aposentadoria relataram que “não querem se aposentar e ficar em casa sem fazer nada”.

Tabela 1: Perfil socioeconômico

Idade	Renda Mensal	Formação Acadêmica	Tempo De Atuação Profissional
Entre 40 E 50 Anos	Entre 2 E 3 Salários	Pós-Graduação em Educação Infantil	10 a 20 Anos
Entre 50 E 60 Anos	Entre 2 E 3 Salários	Pós-Graduação Em Educação Infantil	Mais de 30 Anos
Entre 50 E 60 Anos	Entre 2 E 3 Salários	Licenciatura em Pedagogia	Mais de 30 Anos
Entre 40 E 50 Anos	Entre 2 E 3 Salários	Pós-Graduação no Ensino Fundamental	20 a 30 Anos
Entre 40 E 50 Anos	Entre 4 E 5 Salários	Superior Completo	Mais de 30 Anos
Entre 30 E 40 Anos	Entre 2 E 3 Salários	Superior Completo em História	5 a 10 Anos
Entre 30 E 40 Anos	Entre 1 E 2 Salários	Licenciatura em Pedagogia	30 a 30 Anos
Entre 30 E 40 Anos	Entre 3 E 4 Salários	Pós-Graduação em Psicopedagogia	20 a 30 Anos
Entre 40 E 50 Anos	Entre 3 E 4 Salários	Pós-Graduação em Psicopedagogia	10 a 20 Anos

Nas perguntas específicas sobre currículo e BNCC encontramos respostas parecidas umas com a outras.

Questionadas sobre o que seria currículo encontramos respostas que vão de acordo a visão tradicional “que o entende como uma seleção prescritiva de conteúdos a serem ‘transmitidos’ aos alunos através de lições planejadas pelos professores.” (AMORIM, 2011, p. 108)

“Currículo é a organização dos conteúdos, sistematizando os conhecimentos” [entrevistada 04], “São os conteúdos a ser ensinado, um plano de curso” [Entrevistada07], “São os conteúdos que direcionam as atividades a serem trabalhadas” [Entrevistada 08]

De acordo com Moreira e Candau (2007) “Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.” As

falas abaixo seguem a mesma perspectiva de empenho dos professores para alcançarem um objetivo através do fazer pedagógico.

“Um documento onde relata as experiências profissionais, assim como sua trajetória educacional”. [Entrevistada 05], “Planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais com objetivos a serem alcançados” [Entrevistada 08]

Na pergunta sobre se é importante seguir um currículo nacional e o porquê, responderam: “Sim, pois trata-se de um grande projeto futurista” [Entrevistada 02], “Não, porque cada região sabe sua necessidade” [Entrevistada 03], “Sim, porque é algo discutido e decidido por toda a sociedade, em âmbito nacional” [Entrevistada 04]

Na fala das professoras identificamos que há ignorância sobre o conteúdo do currículo nacional e uma resistência em se aperfeiçoar a respeito das políticas que estão sendo formuladas no país.

Depois das falas indagamos a seguinte questão: Será que as leis para a educação e em especial as sobre o currículo é realmente discutida pela sociedade em âmbito nacional? Temos o exemplo da BNCC que foi disponibilizada para consulta e contribuições da sociedade, mas uma consulta de pouca divulgação e tempo e que já vinha praticamente pronta para sua implantação.

Já de acordo com a LDB (1996) em seu artigo 22 dispõe que. “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em **estudos posteriores**.” (Grifo nosso).

Ainda sobre a questão da importância de um currículo nacional tivemos as respostas: “Sim, pois a proposta ajudará muitos jovens em seus aprendizados e terá muita influência positiva para os alunos que pretendem fazer o ENEM” [Entrevistada 05]

Encontramos a fala acima que demonstra uma preocupação apenas com os conteúdos técnicos e disciplinares que ajudarão os alunos a fazerem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Levando a Educação Infantil a um nível escolar, deixando de lado o lúdico, o brincar, o crescer pela descoberta. Essa fala indica que “(...) as práticas cotidianas ainda são sistematizadas muito mais numa concepção próxima do ensino escolarizante do que na lógica indicada nas diretrizes curriculares”. (CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 358). Ter uma base padronizante para

atender somente a um exame nacional num país tão diverso causa uma preocupação, pois no Brasil há muita diversidade para ser contemplada.

“É importante se ter um currículo nacional, mas deve ser levada em consideração a realidade de cada região” [entrevistada 08]

“Temos que tê-la como base e adequá-la a nossa realidade escolar” [entrevistada 09]

A fala das professoras está de acordo com o RECNEI (1998, p. 13) que dispõe que o currículo foi elaborado para

(...) contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais.

Quando questionadas sobre a participação delas na formulação da base e como elas veem a BNCC para a Educação Infantil elas responderam da seguinte maneira: “A base nacional, assim como outros documentos do governo federal, apresenta propostas de grande relevância para a educação básica. No entanto na nossa prática não percebemos de forma efetiva”. [Entrevistada 01]

As circunstâncias em que os textos das políticas públicas são produzidos entram no segundo contexto de Ball no qual

Os textos são produtos de múltiplas influências e agendas e sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas. (MAINARDES, 2006, p. 53).

“Não participei da sua formulação apenas acompanhei o seu desenvolvimento através da mídia, ou seja, tomei conhecimento a partir da mesma”. [Entrevistada 02]

“Na verdade não atende os objetivos da realidade que temos, não fui participante em nenhum momento e que eu saiba os nossos colegas também não”. [Entrevistada 03]

“Não, só através da mídia” [Entrevistada 04]

“Não participei da formulação. Ela é importante para educação Infantil porque apresenta as condições necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem da

criança” [Entrevistada 07]. Para Peroni e Caetano (2015) essa aceitação por parte da população acontece

(...) por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. (p. 347)

As leis que estão dentro das políticas públicas são muito disputadas e resultam de muitos interesses, sejam eles políticos ou econômicos e sofrem uma pseudoparticipação e influência da população em sua formulação, pois quando a BNCC abriu para discussão no portal do MEC esperava-se uma maior participação principalmente dos profissionais de educação de todos os estados, incluindo os da Paraíba. O que nessa instituição não aconteceu, ficaram sabendo através da mídia que o Governo Federal iria formular a base.

(...) com pouco envolvimento e discussões nas instituições formadoras de professores, sem o envolvimento da comunidade escolar e sem ou quase nenhuma participação de professores das escolas de educação básica. Em outras palavras, definir uma política tão importante para o País com pouca participação dos principais envolvidos, os professores e formadores, pode ser um risco caro à educação brasileira. (Ibid. p. 343).

Esse pouco envolvimento dos profissionais que estão na ponta e vão utilizar a base como subsídio para a prática pedagógica só reforça a condição subalterna dos professores de meros executores das políticas que os outros pensam.

Quando questionadas sobre a implicação da BNCC para a prática pedagógica e a realidade em que vivenciam atualmente as respostas foram as seguintes:

“Como já foi dito anteriormente, infelizmente as propostas do documento não nos contempla em alguns aspectos”. [Entrevistada 01]

“Talvez implique nas suas execuções, levando em consideração a atual situação educacional do país de forma geral” [Entrevistada 02].

“Teremos que seguir uma abordagem de cima para baixo.” [Entrevistada 03].

“Acredito que tudo que é novo passa por um processo de adaptação e se pode ser adaptado para cada realidade é bem vindo.” [Entrevistada 04].

“Implicará na evolução, abordagem de temas diversificados, de acordo com o que está acontecendo em nosso meio, o mundo está em constante evolução.” [Entrevistada 05].

“Na verdade é mais um documento para fundamentar a nossa prática.” [Entrevistada 08].

Ao afirmar que “infelizmente não é contemplada em alguns aspectos”, entrevistada 01, e que é uma “abordagem de cima para baixo”, entrevistada 03, as falas leva-nos a supor que leram e interpretaram a lei e tiraram suas próprias conclusões. A fala delas entra no contexto de influência e no contexto da prática, pois os professores tem um “papel ativo no processo de interpretação e reinterpretção” dos textos das políticas educacionais e não são meros receptores. (MAINARDES, 2006), no entanto apenas algumas vozes são ouvidas e consideradas legítimas e essas não são as dos professores e profissionais que ficam lidando diretamente com a educação e o currículo no dia a dia e sim interesses ideológicos de uma classe neoliberal que quer ditar o que deve ser ensinado e aprendido no país.

Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados. Um negligenciamento de efeitos gerais é mais comum em estudos de casos particulares que tomam uma mudança ou um texto político e tentam determinar seu impacto na prática. (MAINARDES, 2006, p. 54)

Foi o que o nosso estudo buscou alcançar qual o impacto da BNCC na prática de uma instituição de Educação Infantil a partir de um conjunto específico de profissionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo foi o de analisar como os profissionais de uma instituição de Educação Infantil veem a Base nacional comum Curricular para a Educação Infantil e descobrimos que a maioria não conhece sequer a lei. As professoras entrevistadas ainda tem uma visão tradicional do que seja currículo e tem certa resistência a aprender novas concepções.

No perfil traçado percebemos que algumas já têm mais de 30 anos de docência e ainda não se aposentaram. Qual será o motivo de elas ainda estarem em sala de aula se o professor pode se aposentar com 25 anos de atuação? O Estado dá subsídio para elas sentirem segurança em deixar a atividade? São questionamentos que podem ser respondidos em outros trabalhos no futuro.

Apesar de todas essas leis que são modificadas e amplamente discutidas pela sociedade e governantes a efetivação dos direitos da criança na Educação Infantil ainda deixa muito a desejar, pois na prática existe uma distância entre o que está escrito e o que é feito. Na prática falta material básico para o trabalho e estrutura física, como a entrevistada 08 em sua fala explica “É mais um documento” que vai subsidiar a prática, mas sem nenhuma implicação efetiva de garantia de direitos e aperfeiçoamento do cidadão, pois a BNCC “padroniza o currículo num país tão diversificado como o nosso.” (PERONI e CAETANO, 2015) que para Ball tem um único objetivo de controle ideológico.

Concluimos também que por ser um documento tão importante que afeta o modo de ensino e o que será ensinado a BNCC não foi amplamente discutida e revisada pelos profissionais das instituições de ensino como foi divulgado na formulação do documento. Tornando o professor como um mero executor da política. A nomenclatura de “participação da população” é uma manobra que faz com que o que foi implantado seja aceito pelos demais, pois seria uma decisão tomada pela maioria. (MAINARDES, 2006)

Percebemos que a Educação Infantil corre riscos de ser padronizada e utilizada também como forma de avaliação como vemos no Ensino Fundamental. A BNCC como outros documentos para a Educação de um modo geral implica em desejo de melhoria e é isso que temos que focar para ter uma educação de qualidade, mas não esquecer de que estamos tratando de pessoas e que a busca por uma cidadania que efetivamente se preocupe com o desenvolvimento integral é o nosso desejo.

Nossa pesquisa se torna um ponto de partida para a análise de questões mais amplas da política e suas formulações, não é capaz de contemplar a complexa estrutura curricular e suas implicações em sua totalidade. Pretendemos em trabalhos futuros abordar outros aspectos em torno da BNCC e suas implicações para o cotidiano escolar.

6. REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luísa Nogueira de. **Políticas e práticas curriculares de Educação Infantil**. Disponível em: http://www.afirse.com/archives/cd11/GT%2007%20%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS%20CURRICULARES/702_Políticas%20e%20Práticas%20Curriculares%20de%20Educação%20Infantil.pdf Acesso em 30/11/2017.

_____. **Sobre educar na creche: é possível pensar em currículo para crianças de zero a três anos?** Tese de Doutorado. João Pessoa: 2011

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 18/09/2017

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: http://www.oei.es/quipu/brasil/pol_educ_infantil.pdf

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Rosânia. BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **BNCC e Educação Infantil: Quais as possibilidades?**. Revista Retratos da Escola, 2016.

CARRIJO, Menissa Cícera Ferenandes de Oliveira Bessa. **Educação infantil e políticas públicas: História, vazios e desafios**. Revista da Faculdade de Educação, 2012.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Ática, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. Não há base para discutir a base. **Avaliação Educacional – blog do Freitas**, 18 out. 2015. Disponível em: <<http://avaliacaoeducacional.com/2015/10/18/nao-ha-base-para-discutir-abase/>>. Acesso em: 28/11/2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2017.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo**: currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MEC. **Base nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas**: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ORTIZ, Cisele. CARVALHO, Maria Teresa Venceslau de. **Interações**: ser professor de bebês- cuidar, educar e brincar, uma única ação. São Paulo: Blucher, 2012. (Coleção InterAções).

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. **O público e o privado na educação**: Projetos em disputa? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito. **Base nacional Comum Curricular e Micropolítica**: Analisando os fios condutores. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, 2016.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ANEXO A- Entrevista

Idade:

- Entre 20 e 30 anos
- Entre 30 e 40 anos
- Entre 40 e 50 anos
- Entre 50 e 60 anos

Renda mensal

- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 2 e 3 salários mínimos
- Entre 3 e 4 salários mínimos
- Entre 4 e 5 salários mínimos
- mais de 5 salários mínimos

Formação acadêmica

- Ensino médio
- Superior Completo

Curso: _____

- Superior incompleto

- pós graduação

Curso: _____

Tempo de atuação profissional:

- 1 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10 a 20 anos
- 20 a 30 anos
- mais de 30 anos

Para Você o que significa Currículo?

Você acha importante seguir um currículo nacional?

Como você vê a nova Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil?
Você participou da sua formulação? De que maneira?

Qual a implicação dela para a sua prática pedagógica e a realidade em que você vivencia atualmente?
